

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA NO SUDESTE DO PARÁ

Mayra Barbosa Sindeaux Lima

mayralima@unifesspa.edu.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIFESSPA

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo

luceliaccr@unifesspa.edu.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIFESSPA

Edilane Figueiredo Costa

edilanecosta@unifesspa.edu.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIFESSPA

Resumo

O planejamento de políticas públicas na área da educação especial deverá articular-se à análise dos contextos regionais. As disparidades entre as condições socioeconômicas vivenciadas em diferentes pontos do Brasil afetam diretamente o acesso à educação qualificada. Neste estudo, foi realizada uma análise do perfil sociodemográfico da população com deficiência da região Sudeste do Pará, visando subsidiar as políticas públicas voltadas para pessoa com deficiência. Esta pesquisa foi de cunho quantitativo a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE e INEP. As variáveis utilizadas foram tipos de deficiência, faixa etária, renda, escolarização, situação de ocupação e número de matrículas. Os resultados apontaram que apenas 56,82% da população com deficiência é alfabetizada, caindo para 42,89% em relação a população com deficiência intelectual. Constatou-se que 51,31% da população com deficiência possui renda de no máximo um salário mínimo e 29,36% não possui rendimento. Mulheres com e sem deficiência apresentaram indicadores de renda inferiores aos homens, mesmo possuindo maior escolaridade. Parcela importante da população com deficiência vive em situação de vulnerabilidade social, especialmente mulheres e pessoas com deficiência intelectual, de modo que as políticas públicas a serem implantadas devem articular ações que envolvam a área da educação, trabalho e a promoção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Perfil sociodemográfico; Pessoa com deficiência; políticas públicas.

Abstract

The planning of public policies in the area of special education should be articulated to the analysis of the regional contexts. The disparities between socioeconomic conditions experienced in different parts of Brazil directly affect access to qualified education. In this study, an analysis was carried out of the socio-demographic profile of the population with disabilities in the Southeast region of Pará, aiming to subsidize the public policies aimed at people with disabilities. This research was quantitative, based on data provided by IBGE and Inep. The variables used were types of disability, age group, income, schooling, occupation status and number of enrollments. The results showed that only 56.82% of the disabled population is literate, falling to 42.89% in relation to the population with intellectual disability. In the research was found that 51.31% of the disabled population has income of at most a minimum wage and 29.36% do not have income. Women with and without disabilities had lower income indicators than men, even though they had higher education levels. An important part of the population with disabilities lives in situations of social vulnerability, especially women and people with intellectual disabilities, so that the public policies to be implemented must articulate actions involving education, work and the promotion of gender equality.

Keywords: Disabled person. Public policy. Sociodemographic profile.

Introdução

O Brasil possui uma profícua legislação destinada a assegurar os direitos das pessoas com deficiência, entretanto, a participação efetiva destes cidadãos na sociedade, encontra barreiras contínuas em função de um descompasso persistente entre o que garante a lei e a realidade concreta. Visando a superação destas barreiras, o atual marco legal brasileiro assegura que “como sujeitos de direitos humanos, as pessoas com deficiência precisam estar contempladas em todas as demais políticas e ações governamentais” (Borges; Pereira, 2016, p. 560). Sendo assim, ao implementar uma política pública, seja ela voltada diretamente a população com deficiência ou não, deve-se levar em consideração as especificidades deste público de forma a garantir a materialização de seus direitos à cidadania.

Partindo desta premissa, a formulação, implementação e avaliação de uma política pública de forma eficaz exige um conhecimento detalhado sobre a realidade em que esta irá incidir, ou seja, é preciso compreender as características do público a que está destinada, bem como do território em que será implementada.

Em se tratando das políticas para as pessoas com deficiência, uma das dificuldades encontradas é a falta de dados sistematizados sobretudo sobre as realidades locais. No Brasil, as condições de renda, saúde, educação e acesso à cultura são bastante diversificadas mesmo quando se analisa uma única região como a Amazônia. O Pará, um dos Estados que integra a região, por exemplo, pode ser dividido em 6 mesorregiões, cada qual apresentando uma formação socioespacial diferente e, portanto, diferentes condições de vida e de participação das pessoas com deficiência na vida pública.

Deste modo, as políticas públicas, sobretudo no âmbito educacional, o qual terá especial enfoque neste trabalho, deve estar atento as especificidades das pessoas com deficiência, mas também as especificidades do território nas quais elas vivem, identificando assim, as deficiências do espaço em que as políticas públicas serão concretizadas.

Cientes desta necessidade, o Grupo de Pesquisa em Educação Especial: Contexto de Formação, Políticas e Práticas de Educação Inclusiva e acessibilidade da UNIFESSPA¹, ao realizar um levantamento sobre os estudos em Educação Especial na mesorregião do sudeste paraense constatou a ausência de dados sistematizados sobre a população com deficiência deste território. A partir disto, foi iniciado este estudo tendo por objetivo traçar um perfil socioeconômico da população com deficiência do sudeste paraense.

Pretende-se assim, a partir da sistematização de dados provenientes do Censo do IBGE de 2010 e dos Censos da Educação Básica, produzidas pelo INEP, auxiliar diferentes instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada da região que necessitam de dados sobre as pessoas com deficiência, sobretudo para planejar e avaliar políticas públicas, principalmente as destinadas a área da educação.

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Metodologia

Este estudo foi realizado a partir da análise de dados quantitativos fornecidos por pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Apesar da predominância de dados passíveis de quantificação, este trabalho foi realizado a partir da compreensão de que

[...] a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade e exterioridade com que se debatem as diversas correntes sociológicas” (Minayo, 1996, p. 11-12).

A principal fonte utilizada para obtenção de um perfil socioeconômico da população com deficiência da região foi o Censo Demográfico de 2010 realizada pelo IBGE, que se caracteriza não somente por sua abrangência nacional, mas também pela amplitude dos temas abordados que envolvem levantamentos de dados sobre a renda, escolaridade e situação de ocupação da população de todo o país, inclusive das pessoas com deficiência.

Embora o Censo demográfico apresente como uma de suas limitações a sua periodicidade decenal, ainda assim se constitui como uma relevante fonte de dados acerca das condições de vida da população e, em se tratando da população com deficiência não há, no Brasil, outra pesquisa similar que permita o levantamento de informações na região selecionada. Além disso, o Censo demográfico permite a obtenção de dados de diferentes recortes espaciais, como é o caso das mesorregiões do Estado do Pará².

Convém esclarecer que para a análise das informações utilizadas neste trabalho optou-se por não utilizar todos os dados dos grupos listados pelo IBGE como pessoas com deficiência. Esta delimitação se fez necessária, pois durante a coleta de dados, o IBGE considerou como pessoas com deficiência o entrevistado que relatava ter alguma dificuldade, ainda que leve, ao realizar atividades cotidianas mesmo que utilizando recursos como lentes de contato. Assim, o entrevistado era classificado seguindo os seguintes critérios: “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” “alguma dificuldade” e “nenhuma dificuldade” acarretando a inclusão de forma indevida de pessoas sem deficiência neste grupo populacional.

Nesta pesquisa, foram considerados apenas os dados das pessoas incluídas em um dos dois primeiros critérios e reduzindo assim a possibilidade de distorção dos dados. Seguindo estes dois critérios, obtém-se o

² No Censo de 2010, o IBGE dividia o estado do Pará em 6 mesorregiões: Marajó, Baixo Amazonas, Nordeste Paraense, Região Metropolitana de Belém, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense, este último composto de 39 municípios.

valor aproximado de 106.641³ pessoas com deficiência. Deste modo, foram sistematizadas as informações referentes a escolarização, padrão de renda, faixa etária e tipos de deficiência.

As outras duas fontes dados utilizadas foram o Censo Escolar de 2010 e de 2018 realizados pelo INEP. Estas duas pesquisas, possuem também abrangência nacional e reúnem informações sobre as matrículas de alunos da Educação Básica de todos os municípios brasileiros. Deste modo, os dados referentes aos 39 municípios que compõe o Sudeste Paraense foram reunidos e tabulados de modo a permitir um panorama geral da situação da educação especial na mesorregião.

Resultados

O Censo demográfico de 2010 apontou que a população com deficiência no Sudeste do Pará perfazia um total de 106.638 pessoas, em sua maioria homens, correspondendo a 51,47% do total. Comparadas as demais mesorregiões, o Sudeste Paraense possui as menores taxas de pessoas com deficiência (ver Tabela 1). Foi verificado que a deficiência com maior prevalência em todas as mesorregiões foi a visual, que corresponde a quase metade dos casos de deficiência.

Tabela 1

Porcentagem de pessoas com deficiência em relação a população em geral e por tipo de deficiência

Mesorregião	Visual	Auditiva	Física	Intelectual	Total
Baixo Amazonas	3,28%	0,94%	1,75%	1,14%	7,11%
Marajó	4,29%	0,95%	2,01%	1,06%	8,32%
Metropolitana de Belém	3,83%	0,98%	2,13%	1,07%	8,00%
Nordeste Paraense	4,56%	1,02%	2,26%	1,19%	9,02%
Sudoeste Paraense	3,13%	0,88%	1,57%	1,20%	6,78%
Sudeste Paraense	3,13%	0,82%	1,47%	1,06%	6,47%

A população com deficiência no Sudeste do Pará é sobretudo urbana, 76,47%, e, em sua maioria se identifica como parda, conforme demonstra a Figura 1:

³ Este valor é aproximado, pois uma pessoa com mais de uma deficiência pode ter sido contada mais de uma vez.

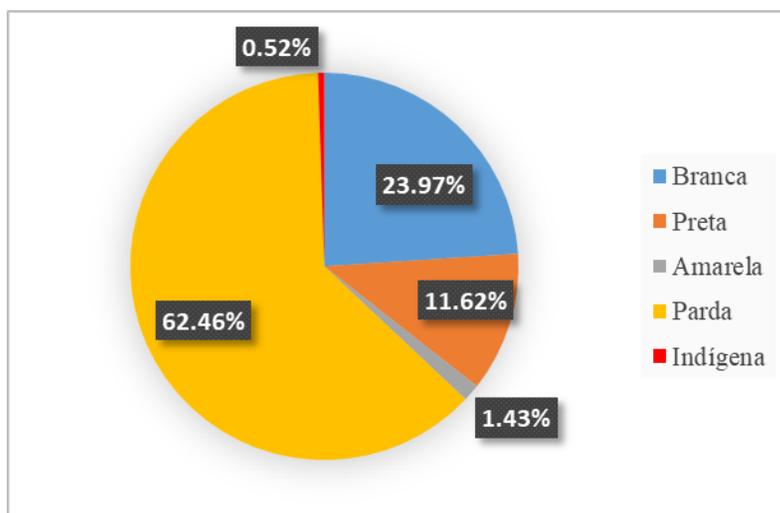


Figura 1. População com deficiência e autodeclaração de raça.

Em relação à faixa etária, a maioria da população com deficiência tinha entre 40 e 59 anos, especificamente 34,67%. Contudo, quando foi analisado o percentual de pessoas com deficiência em cada faixa etária, observou-se um crescimento acentuado deste conforme o envelhecimento da população, como se verifica na Figura 2.

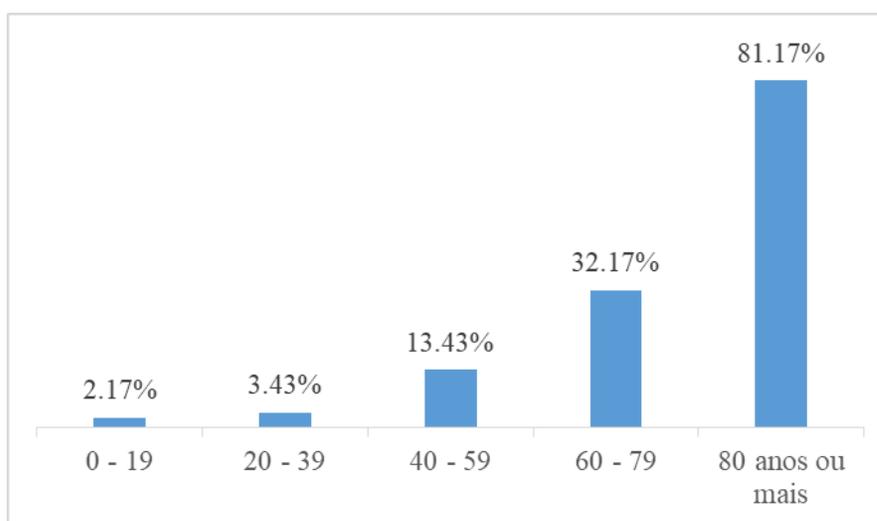


Figura 2. Proporção de pessoas com deficiência em cada faixa etária

Ao analisar de forma mais detalhada a população compreendida entre 0 e 17 anos, constatou-se que nesta faixa etária a deficiência com maior grau de incidência é a intelectual correspondendo a 38,57% dos casos. Embora este dado siga um mesmo padrão observado em outras escalas como a nacional e estadual, verificou-se que no Sudeste Paraense os valores são mais elevados dos que os encontrados nestes recortes territoriais, conforme demonstra na Figura 3.

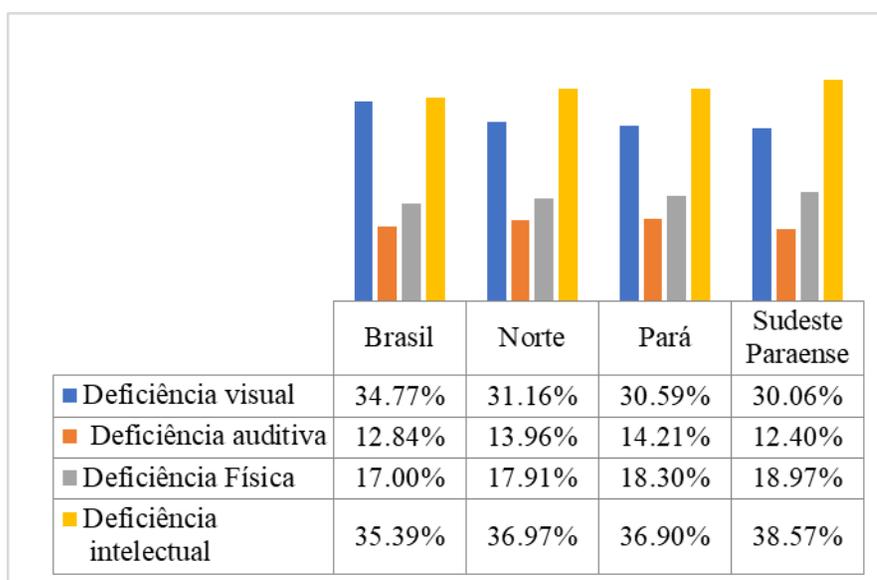


Figura 3. Distribuição da população com deficiência de 0 - 17 anos.

Este elevado número de casos de deficiência intelectual entre as crianças e adolescentes na mesorregião é corroborada pelos dados fornecidos pelo INEP. Em 2010, o Censo escolar apontou que 34,58% das matrículas da Educação Especial correspondiam a alunos com deficiência intelectual, este índice passou para 54,53% no Censo escolar de 2018, conforme será melhor exposto posteriormente.

Quanto as condições de renda e ocupação, verificou-se que fatores como a tipologia da deficiência e gênero se relacionam a situações de maior ou menor vulnerabilidade econômica. As mulheres, por exemplo, possuem, independente da condição de deficiência, valores significativamente mais baixos de ocupação dos que os apresentados pelos homens. Enquanto que esses valores variam de 34,41%, e 33,46% para as mulheres com e sem deficiência para os homens, em ambos casos, a taxa era superior a 61%.

No que se refere ao rendimento nominal, conforme demonstra a Figura 4, observou-se que a população com deficiência concentrada entre as pessoas com rendimento de até um salário mínimo. Quando foi analisado as diferenças de gênero nesse quesito, foi constatado que 52,08% das mulheres sem deficiência não possuíam rendimento algum, índice muito acima dos das mulheres com deficiência com 31,37% e dos homens com e sem deficiência cujo percentual era, respectivamente, de 27,35% e 35,62%. Nas faixas de rendimento acima de 5 salários mínimos apenas 1,48% das mulheres sem deficiência e 0,90% com deficiência encontravam-se nesta categoria.

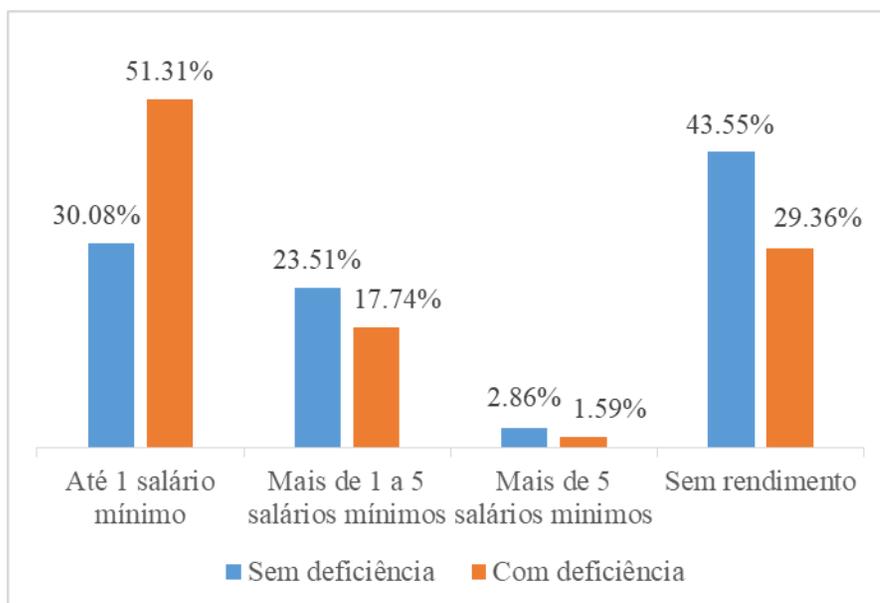


Figura 4. Rendimento Nominal da população do Sudeste Paraense

Foram constatadas também diferenças significativas entre as faixas de rendimento da população com deficiência quando analisadas as diferentes tipologias. As pessoas com deficiência visual possuem um percentual mais elevado nas faixas de maior rendimento se comparadas as outras pessoas com deficiência. Em contrapartida, constatou-se uma maior vulnerabilidade econômica das pessoas com deficiência intelectual, posto que mais de 89% da população sobrevive com rendimento de no máximo 1 salário mínimo conforme o gráfico a seguir:

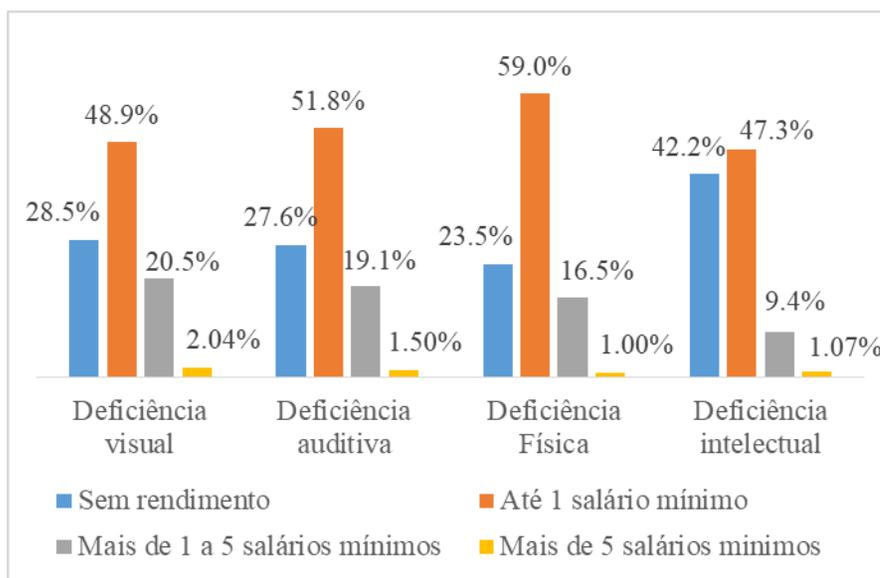


Figura 5. Rendimento da População por tipo de deficiência - Sudeste Paraense.

No que concerne aos dados sobre alfabetização e escolaridade, os dados levantados pelo censo do IBGE apontaram que as pessoas com deficiência da mesorregião do Sudeste do Pará encontram-se em uma condição

desigual de acesso ao ensino comparadas tanto as pessoas sem deficiência quanto as pessoas com deficiência de outras regiões como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 2.

Nível de instrução da população⁴

	Brasil		Pará		Sudeste Paraense	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Sem instrução e Fundamental Incompleto	61,14%	38,26%	64,17%	48,50%	72,44%	53,65%
Fundamental Completo e Médio Incompleto	14,16%	20,98%	14,60%	21,73%	12,87%	21,86%
Médio Completo e Superior Incompleto	17,67%	29,72%	16,71%	24,27%	11,88%	20,67%
Superior Completo	6,66%	10,38%	4,26%	4,95%	2,53%	3,19%
Não declarado	0,37%	0,66%	0,26%	0,55%	0,27%	0,64%

Tendo em vista o elevado índice de 72,44% da população Sem Instrução ou com o Ensino Fundamental Incompleto, os dados acerca da taxa de alfabetização coletados pelo IBGE seguem o mesmo padrão, ou seja, índices acentuadamente baixos, especialmente comparadas a escala nacional e estadual, com apenas 56,82% da população alfabetizada.

Quando observados os dados de alfabetização por tipo de deficiência nota-se uma maior fragilidade no ensino de pessoas com deficiência intelectual, sendo o único tipo de deficiência em que o número de pessoas alfabetizadas é inferior a 50% na maioria das escalas analisadas como demonstra na Figura 6.

⁴ Os valores referentes ao nível de instrução incluem a população a partir dos 15 anos. Além disso, os dados do Censo em relação a este tópico estão divididos apenas entre “pessoas com alguma das deficiências investigadas” e “nenhuma deficiência”, não sendo possível excluir os dados do critério “alguma dificuldade”.

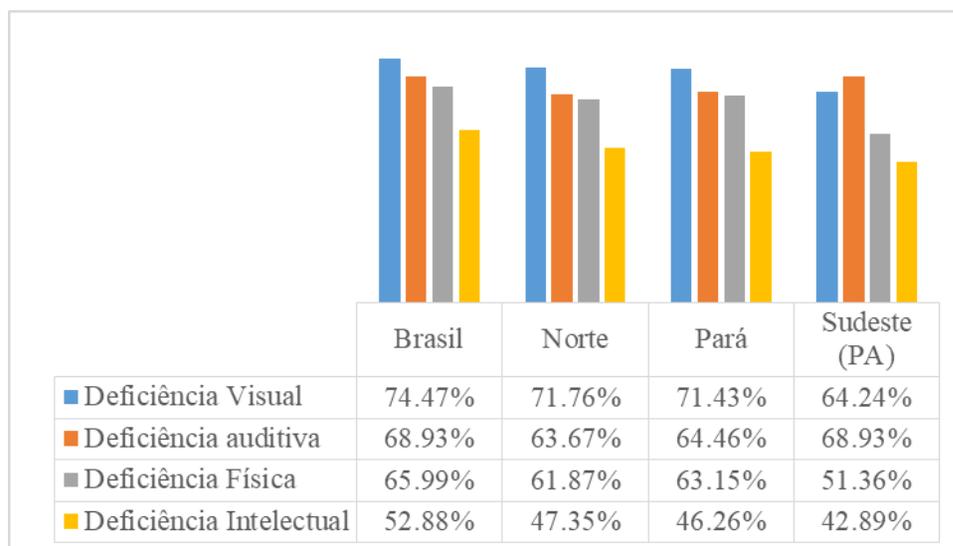


Figura 6. Percentual de pessoas alfabetizadas por tipo de deficiência.

Outra diferença constatada entre as pessoas com deficiência, em relação à educação, relaciona-se ao gênero, pois as mulheres com e sem deficiência apresentaram índices mais elevados de alfabetização, possuindo respectivamente 57,78% e 86,85% de mulheres alfabetizadas, enquanto que somente 55,87% dos homens com deficiência e 83,40% sem deficiência eram alfabetizados. Diferenças semelhantes foram encontradas quando comparados os dados do Sudeste Paraense com os dados do Estado do Pará e do país, bem como em relação as outras mesorregiões do Pará. Apenas na mesorregião do Marajó essa situação se invertia, em que 51,81% dos homens com deficiência são alfabetizados, enquanto que somente 49,64% das mulheres na mesma condição sabem ler e escrever. Os dados em relação ao nível de instrução também demonstraram que as mulheres são maioria entre as pessoas de maior escolaridade como evidencia a Figura 7:

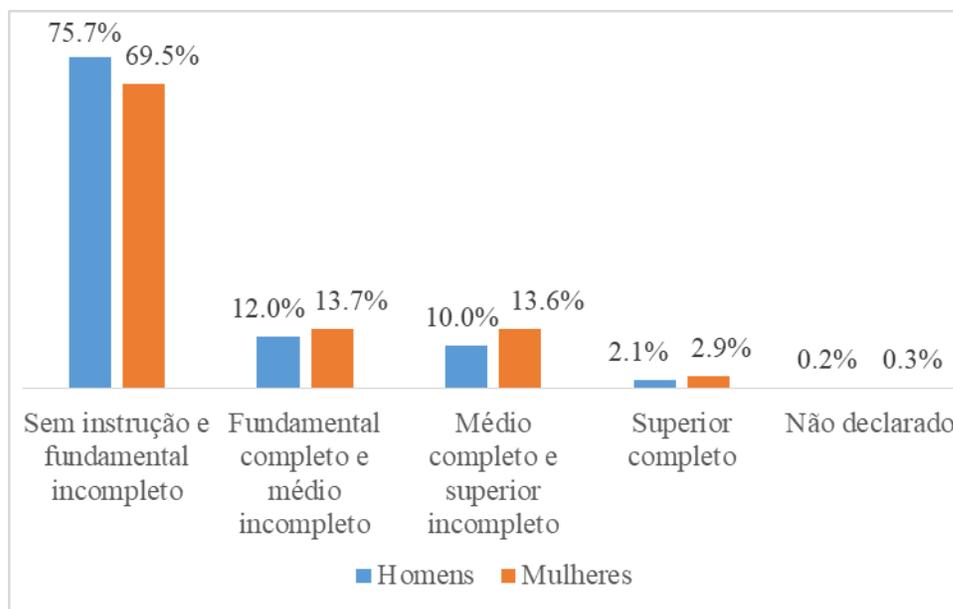


Figura 7. Nível de instrução da população com deficiência por sexo

Apesar dessas disparidades apontadas pelo censo do IBGE em relação as pessoas com e sem deficiência no âmbito educacional, os Censos Escolares de 2010, 2014 e 2018 apresentaram indicativos de avanços na escolarização das pessoas com deficiência na mesorregião do Sudeste do Pará. Embora não seja possível avaliar por meio destas pesquisas a qualidade do ensino ofertado é possível, ao menos, constatar uma maior inserção das pessoas com deficiência na Educação Básica através do aumento proporcional do número de matrículas da Educação Especial⁵ em relação as dos demais alunos como pode ser visualizado na Figura 8. Isto se torna ainda mais evidente quando se observa que houve uma redução de 0,91% do número de matrículas da Educação Básica entre os anos de 2010 e 2018, enquanto que as matrículas da Educação Especial durante o mesmo período cresceram 126,62%.

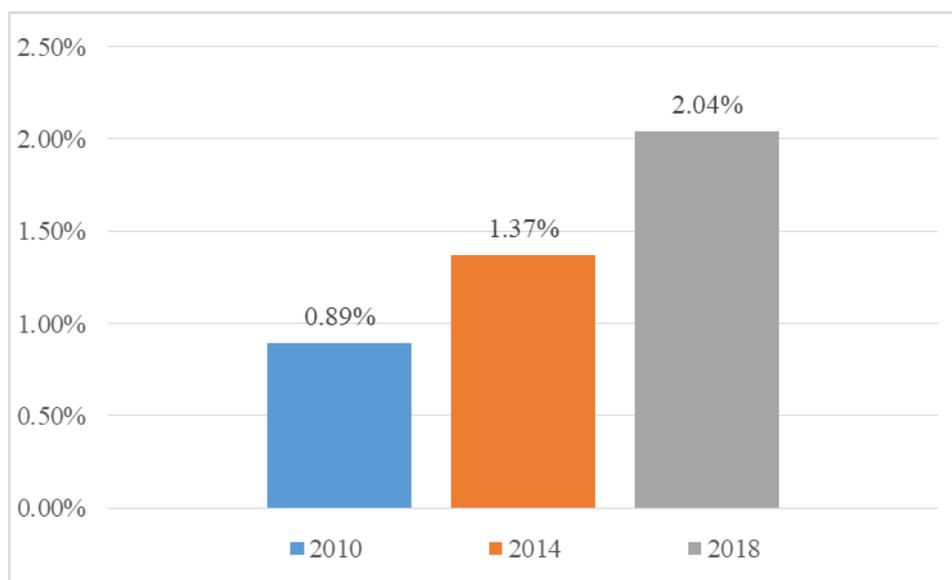


Figura 8. Proporção de matrículas da Educação Especial 2010-2018

Outra tendência observada foi o declínio, ao longo dos anos, da proporção de matrículas da Educação Especial em classes exclusivas em relação das existentes em classes comuns. Em 2010, 12,70% do público alvo da Educação Especial estudava em classes exclusivas, este índice passou para 3,50% em 2014 e de apenas 1,02% em 2018. Além disso, foi constatado também um crescimento do número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Médio em relação ao Ensino Fundamental como evidenciado na Figura 9:

⁵ As matrículas da Educação Especial incluem, além da população com deficiência, os dados dos alunos com altas habilidades/superdotação

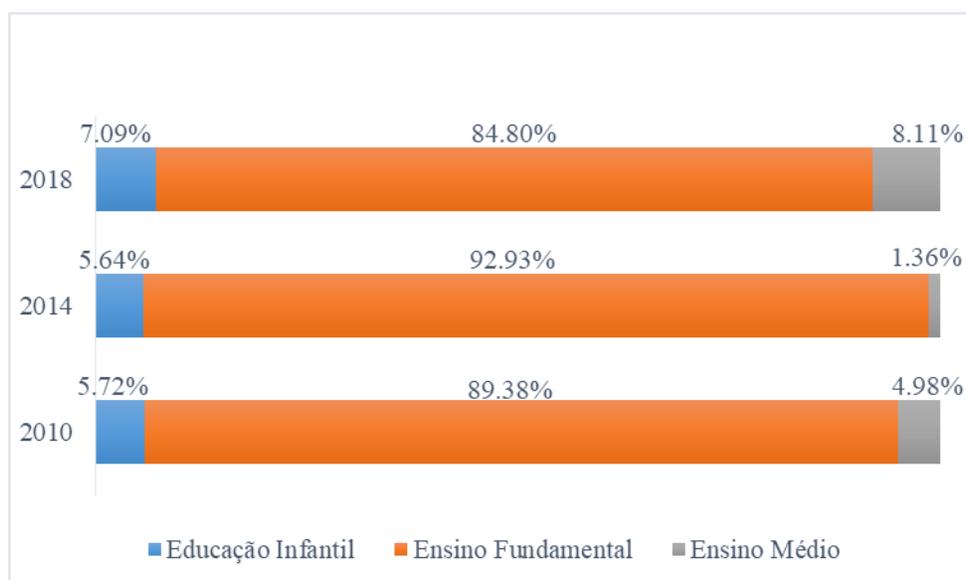


Figura 9. Matrículas - Educação Especial

Atualmente, a maioria dos alunos, 82,41%, estudam em escolas localizadas em áreas urbanas, principalmente em escolas públicas que detém 96,59% das matrículas dos alunos da Educação Especial. Quanto a faixa etária dos discentes foi constatado que 66,62% correspondem a alunos de até 14 anos, 16,50% são de alunos de 15 a 17 anos, 11,72% das matrículas são de alunos dos 18 a 24 alunos e os estudantes acima desta faixa etária equivalem a aproximadamente 5,16%.

Em relação ao perfil dos alunos público-alvo da Educação Especial, conforme mencionado anteriormente, a maioria são de discentes com deficiência intelectual e em segundo lugar os alunos com Transtornos do Espectro Autista, como demonstrado na Tabela 3. Quando observada a porcentagem de aumento das matrículas entre os anos de 2010 e 2018 estas duas categorias também apresentam os valores mais elevados com um crescimento de 278,71% e 246,60%, respectivamente.

Tabela 3.

Número de matrículas da Educação Especial segundo tipologia da deficiência

Ano	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Surdocegueira	Deficiência Física	Deficiência Intelectual	Deficiência Múltipla	Transtornos do Espectro Autista	Altas Habilidade/ Superdotação
2018	1.333	656	9	1.294	6.510	662	1.391	84
2010	1.116	618	6	724	1.719	191	555	42

Em relação ao Ensino Superior não foi possível separar os dados referentes ao Sudeste Paraense, apenas do Estado como um todo. Nesta análise, realizada por meio do Censo da Educação Superior de 2017, foi possível constatar que apenas 0,42% das matrículas no estado do Pará correspondem ao público-alvo da Educação Especial, dos quais 45,22% são de alunos com deficiência física. Neste nível de ensino há também uma maior participação das instituições privadas que detém cerca de 49,67% das matrículas.

Discussões

Os dados do Censo Demográfico de 2010 demonstraram a necessidade do investimento em políticas públicas que visem a equalização de oportunidades de acesso a renda, trabalho e a educação de qualidade para as pessoas com deficiência. Entretanto, evidenciaram também desigualdades entre esta população, corroborando a necessidade da transversalidade da discussão sobre a deficiência e sua articulação com outras temáticas.

Em relação as políticas públicas destinadas aos idosos, o aumento considerável da proporção das pessoas com deficiência nas faixas etárias de maior idade, mostram que o planejamento das ações voltadas a atenção ao idoso deve ter em vista a busca pela acessibilidade e outras demandas, geralmente, associadas as pessoas com deficiência, uma vez que o envelhecimento da população requer um desenho universal de acessibilidade, tendo o idoso adquirido ou não a condição de deficiência.

Os dados também apontaram que questões de gênero estão diretamente relacionadas a uma maior vulnerabilidade de uma significativa parcela da população com deficiência, principalmente quando se analisa a disparidade entre nível de escolaridade comparados aos índices de ocupação e renda, no qual as mulheres, apesar de possuírem os melhores percentuais em todos os indicadores relacionados a escolaridade estão com os menores índices de renda e taxa de ocupação. Nota-se assim, que “a inferiorização das mulheres se manifesta em diferentes esferas da vida, especialmente nas relações de trabalho”. (Instituto Ethos, 2000, p. 16). Portanto, as mulheres com deficiência encontram-se duplamente marginalizadas devendo assim, ser consideradas como prioridade tanto nas políticas públicas destinadas igualdade de gênero como aquelas mais direcionadas a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Outra população que necessita de políticas públicas específicas e medidas emergenciais visando a aumento de sua qualidade de vida são as pessoas com deficiência intelectual, por estas apresentarem os piores índices em todos os principais aspectos analisados como escolaridade, ocupação e renda. Associado a isto é necessário investir em pesquisas que averiguem o aumento considerável de alunos com deficiência intelectual na educação básica e se isto decorre do maior acesso à educação por parte desta população ou ao crescimento dos casos desta deficiência.

É importante frisar também que as políticas públicas na área da educação tiveram um efeito positivo na região evidenciado pelo aumento do número de matrículas de estudantes de todos os tipos de deficiência. Destaca-se também o efeito da mudança da concepção de integração pela inclusão que pode ser percebido pela diminuição do número de matrículas em salas exclusivas em relação as salas comuns.

Esta alteração de perspectiva está presente tanto nas diretrizes nacionais como no Plano Estadual de Educação – PEE do Estado do Pará aprovada pela lei estadual nº 8.186 promulgada em 2015 que estabelece como uma de suas metas a universalização do acesso a educação, preferencialmente na rede regular de ensino, para o público-alvo da educação especial na faixa etária dos 4 aos 17 anos. Os dados da educação superior, contudo, demonstram que nesta modalidade de ensino a inclusão das pessoas com deficiência ainda é muito incipiente.

Conclusões

O perfil socioeconômico resultante dos dados apresentados neste estudo demonstra que ainda há muito o que avançar na busca por equidade para as pessoas com deficiência. Esta população possui de modo geral, baixos índices de escolaridade, renda e também de acesso ao mundo do trabalho como indicado pelas taxas de ocupação.

Conclui-se também que na busca por elevar estes índices, as políticas públicas devem ser pensadas de forma a atender as especificidades de determinados grupos como as mulheres e pessoas com deficiência intelectual que requerem medidas específicas que visem a diminuição das disparidades econômicas e sociais enfrentadas por estes.

As políticas públicas voltadas a educação têm garantido uma maior participação das pessoas com deficiência na educação básica, contudo, é imprescindível fomentar pesquisas que avaliem não só o acesso, mas a qualidade do ensino oferecido a este público, bem como, as barreiras que tem dificultado a estes o acesso ao ensino superior.

Referências

- Borges, J. A. S.; Pereira, A. Colares Cabral Pereira** (2016). O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. *Revista do Serviço Público*, RSP, Brasília, nº 64, out./dez, p. 555-573.
- Estado do Pará** (2015). lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE. *Diário Oficial*, nº 32.913.
- Ethos Instituto** (2000). *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Ethos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2012). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (2011). *Sinopse Estatística da Educação básica 2010*. Brasília: Inep.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (2016). *Sinopse Estatística da Educação básica 2014*. Brasília: Inep.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (2018). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2017*. Brasília: Inep.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (2019). *Sinopse Estatística da Educação básica 2018*. Brasília: Inep.
- Minayo, Maria Cecília de Souza** (1996). *O Desafio do Conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde*. 4. Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO.